

CAPÍTULO XXI

Democracia e Gestão Econômica

MAS EXAMINEMOS um pouco mais detidamente o problema da democracia na China. A democracia socialista é definida como um aperfeiçoamento da democracia burguesa. Conforme Wu Jiali,

ambas se opõem à autocracia feudal e à ditadura pessoal, as duas são antíteses da autocrítica e buscam a liberdade, a igualdade e os direitos humanos (ainda que o proletariado e a burguesia entendam a liberdade, a igualdade e os direitos humanos de maneira diferente) (...) Nosso sistema socialista determina que nossa democracia socialista deve e pode ser superior à democracia burguesa. Mas o “deve sê-lo” não significa que “o seja”, nem o “pode sê-lo” equivale a uma “realidade”. Falando direta e francamente, resulta uma ilusão ingênua pensar que o sistema democrático socialista surja por si mesmo sem um longo período de prática nem uma luta árdua.⁷

Mas, afinal, o que é a democracia socialista para os dirigentes chineses? Em que ela difere da burguesia? Hua Kuo-feng, em seu relatório de 18 de junho de 1979 perante a segunda seção da Quinta Assembléia Popular Nacional, define a democracia como “o direito supremo do conjunto do povo de administrar o estado”, e acrescenta:

⁷ “Algunos problemas de la democracia socialista.” *Beijing Informa*, n. 24, 20 jun. 1979, p. 12-3.

a ampliação e o desenvolvimento da democracia socialista implicam, em primeiro lugar, que os administradores, responsáveis pelo governo nos diversos níveis, estejam plenamente conscientes de que é o povo que é o senhor do Estado (...) Democracia, em seu sentido original, significava o governo realizado por uma maioria, e a democracia socialista significa uma administração sem precedentes na história, que é exercida *de jure e de facto* por uma massacrante maioria.⁸

Na verdade, essas declarações não são mera retórica. Existe uma preocupação efetiva na China em aumentar o grau de liberdade política. O que se pretende, principalmente, é aumentar a capacidade de crítica dos intelectuais e, em geral, dos tecnoburocratas. Como a liberdade é um valor fundamental para a burguesia, também é um valor para os tecnoburocratas. A repressão que os tecnoburocratas sofreram durante a Revolução Cultural foi muito grande. Conforme observa Christopher Pritchett, "a liderança do país parece de fato ter adotado alguns dos argumentos levantados por alguns ativistas políticos durante a campanha a favor da liberdade de palavra do final do ano passado".⁹ Opiniões divergentes têm aparecido cada vez com mais frequência nos meios de comunicação de massa oficiais. Os deputados vêm revelando uma iniciativa que não possuíam antes. Como para os regimes capitalistas a liberdade de palavra é considerada essencial para dar maior flexibilidade e dinamismo ao regime, na medida em que os erros e a corrupção são criticados, também a China vive um período de ampliação das liberdades democráticas.

Dentro desse quadro está em discussão, no momento, o novo código eleitoral, que assegura voto secreto em todos os níveis. Os deputados federais e estaduais passarão a ser eleitos diretamente, sistemas mais democráticos serão utilizados para a escolha dos candidatos, candidatos não pertencentes ao Partido Comunista serão aceitos, os deputados terão imunidades.

Em compensação, os comitês revolucionários da Revolução Cultural deverão ser substituídos pelos governos locais do povo, e os postos de governadores provinciais, prefeitos, dirigentes das regiões autônomas, prefeitos das municipalidades autônomas e das subprefeituras deverão ser preenchidos da mesma maneira.¹⁰ Em outras palavras, o novo sistema

⁸ *Beijing Informa*, n. 27, 9 jul. 1979, p. 24-8.

⁹ *The Japan Times*, 14 jul. 1979.

¹⁰ Peng Zhen (Diretor da Comissão para Assuntos Legais), *Beijing Review*, 12. 28. 13 jul. 1979, p. 9.

eleitoral sela definitivamente o fim dos comitês revolucionários e restabelece o poder aos tecnoburocratas do partido e do governo, que deverão ser eleitos de acordo com normas definidas. A classe dominante necessita de normas estáveis que assegurem a ordem e garantam seu poder. As liberdades são asseguradas, desde que não ponham em risco o regime. O vice-primeiro ministro da Segurança Pública, Ling Yun, entretanto, deixa claro que esta não é uma peculiaridade da China. Todos os Estados proíbem qualquer ação dirigida para derrubar seu poder político e seu sistema social, e estabelecem artigos específicos em suas leis penais para punir aquelas pessoas envolvidas em tais atividades.¹¹

Estas liberdades são, portanto, cuidadosamente limitadas. Conforme afirma o presidente Hua, “é preciso reprimir energeticamente toda tentativa de sabotagem dos elementos antisocialistas”.¹² E a pena de morte é mantida para os contra-revolucionários no novo código penal. Mas é usada muito raramente. Conforme afirma o vice-ministro Ling Yun, “nós sempre advogamos reduzir as prisões ao mínimo possível e manter as execuções no limite mínimo absoluto”.¹³ Em qualquer hipótese, não há qualquer real possibilidade de contestação ou sequer oposição ao regime na China. A democracia continua muito distante.

Ao mesmo tempo em que se procura aumentar um pouco o grau de liberdade, procura-se também definir com mais precisão as responsabilidades. Por isso, a Assembléia Nacional Popular acaba de receber uma série de projetos de lei do governo: código penal, código de processo penal, código da magistratura penal. O princípio geral, que se transformou em uma nova palavra de ordem na China, é o lema liberal clássico: “todos são iguais perante a lei”. Na verdade, esta legislação é parte integrante do esforço no sentido de reforçar a autoridade da tecnoburocracia e garantir a disciplina das massas, que a Revolução Cultural havia abalado. Se produtividade, disciplina, trabalho duro são condições da modernização, exigindo regulamentos internos nas empresas, também um sistema legal penal coercitivo é essencial, não apenas para regulamentar os crimes políticos, mas principalmente os crimes comuns. O índice de criminalidade na China continua baixíssimo, dadas as reduzidas diferenças de classes existentes, mas é suficiente para requerer das autoridades um sistema penal mais

¹¹ *Beijing Review*, n. 28, 13 jul. 1979, p. 17.

¹² *Idem*, p. 28.

¹³ *Idem*, p. 17.

precisamente definido. A nova lei penal, por outro lado, proíbe certas práticas políticas que foram comuns durante a Revolução Cultural por parte dos revolucionários, como as falsas acusações, o uso da violência contra funcionários, como espancamento, tortura, aprisionamento privado. Fica claro que com isto o que se pretende é prevenir uma nova Revolução Cultural.

* * *

Todas essas diretrizes, o esforço em direção à modernização, as novas leis eleitorais e penais, a nova lei sobre investimentos mistos estrangeiros e nacionais, reafirmam a dominação tecnoburocrática, autoritária, e portanto o caráter de classe da sociedade chinesa atual. A nova lei sobre investimentos estrangeiros, atualmente em discussão, assegura o controle acionário ao governo chinês, estabelecendo que a participação máxima de capital estrangeiro é de 49% e a mínima de 25%. Garante o repatriamento dos lucros e do capital; e estabelece que dentro de um prazo relativamente curto a empresa deverá ser vendida ao Estado chinês. A tecnologia deverá ser sempre a mais moderna possível. Ainda que falem sempre em uma tecnologia adequada às suas necessidades, os chineses também reafirmam a todo momento que só estão interessados em tecnologia de ponta. A idéia de que a tecnologia não seja neutra, condicionando um determinado regime, é negada. Conforme afirma Hua Kuo-feng, "nós devemos introduzir ativamente as técnicas avançadas e utilizar capitais de origem estrangeira. É completamente errado interpretar este princípio como uma regressão".¹⁴

Por outro lado, ao nível das empresas busca-se também uma reforma geral, que garanta mais autoridade e maior autonomia aos administradores profissionais e maior importância à lei do valor-trabalho na determinação dos preços das mercadorias. Na China, como nos demais países cuja formação social já é predominantemente tecnoburocrática ou estatal, os preços não tendem a corresponder ao valor, dado o grande número de subsídios e impostos implícitos nos preços que o sistema central de planejamento impõe. Mas como já aconteceu na União Soviética e nos países da Europa Oriental, de tempo em tempo volta-se a campanhas para reduzir os subsí-

¹⁴ *Idem*, p. 15.

dios, para adequar melhor os preços de produção e ao valor-trabalho das mercadorias, para respeitar melhor as leis do mercado dentro da economia planejada. Isto acontece hoje na China. Afirma o presidente Hua Kuo-feng: “negligenciamos a lei do valor na produção de mercadorias”.¹⁵ Portanto, mais uma vez o objetivo será ajustar os preços ao valor, depois, naturalmente, de se equalizarem as taxas de lucros nos termos propostos por Marx.

Concomitantemente, buscar-se-á maior descentralização das atividades econômicas. As instituições locais terão mais autoridade. Em contrapartida, os administradores profissionais, sob a direção do Partido Comunista, deverão exercer plenamente sua autoridade e responsabilidade. Nas palavras do presidente chinês:

De hoje a três anos todas as nossas empresas deverão colocar em ação equipes dirigentes política e profissionalmente competentes, constituídas de técnicos que desempenhem de fato seu papel; elas deverão praticar resolutamente o sistema de responsabilidade do diretor da empresa sob a direção do comitê do Partido, de maneira que o diretor seja efetivamente o principal dirigente administrativo sob as ordens de quem se organiza toda a produção; deverão restaurar e aperfeiçoar os regulamentos internos que sempre se demonstraram eficazes desde a instauração da nossa República.¹⁶

Em outras palavras, a autogestão, a indisciplina, a iniciativa operária devem dar lugar à administração burocrática. A democracia, ao nível da fábrica, atribuída pelos dirigentes chineses ao “esquerdismo radical” ou ao “anarquismo” de Lin Piao e do grupo dos quatro, não pode ser admitida.

Chegou o momento da administração e da técnica. Modernizar e ser eficiente. Eficiência se garante com hierarquia, planejamento e controle dos resultados. Por isso, haverá descentralização, já que não há outra alternativa, dada a enorme complexidade da economia chinesa, mas os dirigentes serão controlados pelos resultados alcançados. E esses resultados não se medirão primordialmente em termos de volumes de produção e, sim, em termos de lucros. Caso não alcancem lucros, as empresas serão fechadas. Afirma claramente o Presidente Hua Kuo-feng: “Todas as empresas que são há muito deficitárias em virtude da má administração deverão mudar essa situação e realizar lucros dentro de um ano; caso

¹⁵ *Idem*, p. 13.

¹⁶ *Idem*, p. 14-5.

contrário, paralisar-se-á a produção, com vistas a uma reorganização, o governo não lhes dará mais subvenções e os bancos não lhes concederão mais créditos".¹⁷

Em outras palavras, procura-se dar maior importância ao mercado como regulador da economia. No atual sistema econômico chinês,

as autoridades centrais fixam as receitas e as despesas das empresas, e assumem o comando de sua produção, de seus fornecimentos e da venda de seus produtos, sem lhes deixar margem de manobra. As empresas lhes remetem todas as suas receitas e limitam-se a lhes demandar as somas necessárias às despesas. Os departamentos de equipamentos compram todos os meios de produção produzidos pelas fábricas, e os departamentos comerciais são encarregados de vender os produtos de consumo. Negligencia-se, portanto, o papel regulador do mercado.¹⁸

Face a essas mudanças, alguns intérpretes entendem que assistimos à restauração do capitalismo na China. Bettelheim pensa assim, mas evidentemente sua concepção de capitalismo de Estado e de burguesia de Estado coincide aproximadamente com os conceitos que prefiro utilizar, de modo estatal de produção e de tecnoburocracia. Nada têm a ver com o verdadeiro capitalismo. Para que haja capitalismo, é necessário que haja capital, ou seja, propriedade privada dos meios de produção pela burguesia. É necessário que o mercado, e não o plano, seja o principal instrumento de controle da economia. É necessário que a mais-valia, através da troca de mercadorias equivalentes no mercado, seja a forma de apropriação do excedente pela classe dominante. É necessário que a força de trabalho seja uma mercadoria. Ora, nenhuma dessas características prevalece ou tende a prevalecer na China. O que há é retomada do poder pela tecnoburocracia, que controla o aparelho do Estado de forma autoritária. Lucro, mercado, valor-trabalho não são necessariamente conceitos capitalistas. Podem ser métodos de controle da economia para uma tecnoburocracia estatal, que busca através do planejamento reproduzir as condições do mercado, o controle através da concorrência, dos preços e dos lucros, procurando ao mesmo tempo evitar as distorções inerentes ao mercado capitalista.

¹⁷ *Idem*, p. 14.

¹⁸ Shi Zhengwen. "Rééquilibrer l'Economie: pourquoi e comment." *Beijing Information*, n. 26, 2 jul. 1979, p. 26.